

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA ÁREA DO ENSINO SUPERIOR DE ODONTOLOGIA NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS

Professor's formation in the dentistry college area in Brazil: Some historical aspects

Cristiane Lopes Simão Lemos*

Eduardo Lúcio Franco**

Lila Louise Moreira Martins Franco***

RESUMO

Com as novas Diretrizes Curriculares do Curso de Odontologia o debate sobre as mudanças do ensino odontológico se fortaleceu, e dentre as muitas discussões, a formação de professores tem se tornado um dos focos principais de reflexão. Este estudo objetivou analisar alguns aspectos do processo histórico de formação de professores para o ensino superior na área de odontologia. A metodologia foi análise documental e revisão bibliográfica. O estudo evidenciou que a formação de professores para o ensino superior na Odontologia no Brasil historicamente está articulada à ação de instituições internacionais, como: a Fundação Kellog, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), OPAS (Organização Pan Americana de Saúde) e instituições nacionais, ABENO (Associação Brasileira de Ensino Odontológico) e Ministério da Saúde que tem articulado o seu papel na formação de recursos humanos da área da saúde. Em momento de reformas curriculares, torna-se imprescindível discutir questões relacionadas à formação de professores. Analisar aspectos históricos pode nos oferecer subsídios importantes para repensar o presente e traçar perspectivas futuras.

UNITERMOS

Formação de professores, Ensino superior, Odontologia.

INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

No Brasil, as escolas da área da saúde, criadas e desenvolvidas sob influência da educação européia até o início do século XX, sofreram forte influência norte americana a partir da década de 1920. Com a criação da primeira faculdade de odontologia do mundo, no final do século XIX, os EUA passaram a ser considerados centro de referência para os profissionais ou professores da área que buscavam capacitação.

Almeida² (2001), considera que no Brasil, até meados dos anos 50, a transmissão dos modelos de educação médica estrangeiros, no início europeus e posteriormente norte-americanos, realizava-se por meio da ida e vinda de missões especiais, constituídas por professores e dirigentes universitários. A partir de 1955, a influência passou a ser exercida por intermédio da participação de representantes dos organismos internacionais destacadamente da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e de fundações norte-americanas, em reuniões nacionais e regionais.

Por meio da análise dos "Boletins de La Oficina Sanitaria Pan Americana" divulgados pela OPAS, foi possível constatar o início de um movimento para a formação de recursos humanos, voltados para a área da Odontologia em Saúde pública na América Latina a partir da década de 1950.

Na América Latina, a década de 1960 é marcada por reformas de ensino nas faculdades de odontologia influenciadas pelas mudanças na área de saúde nos

EUA. Os "Seminários Latino-Americanos" promovidos pela OPAS e pela Fundação Kellog, buscaram discutir os problemas de ensino odontológico das faculdades da América Latina e possibilitou maior intercâmbio entre professores dos vários países e das mais diversas instituições de ensino ligadas à área do ensino superior em saúde. No Boletín de la Oficina Sanitaria ficou registrado a importância destes seminários.

Las críticas por parte de elementos responsables en materia de enseñanza odontológica, de las presentes deficiencias de ésta, puso de relieve la necesidad de un for donde se haga un análisis de los problemas pedagógico-odontológicos del momento. Teniendo esta actividad un alcance internacional, la Oficina Sanitaria Panamericana decidió tomar la iniciativa de organizar una serie de seminarios entre latinoamericanos sobre la enseñanza de la odontología. Para este fin se buscó y obtuvo la colaboración de la Fundación W.K. Kellog y de la Asociación Latinoamericana de Facultades de Odontología (ALAFOD) (OPAS, 1963, p.281).

O final da década de 1970 no Brasil consubstanciou-se em um momento estratégico, no qual um grupo de docentes, pesquisadores, sanitaristas ligados ao Departamento de Preventiva e Social, articularam-se com os movimentos sindicais e criam um clima adequado para a discussão da Política de Saúde e das responsabilidades do Estado com respeito às demandas da população. Para Mendes⁸ (1986), "Será a possibilidade mesma, da superação da prática da odontologia científica, pela

*Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Goiás, Professora Auxiliar do Curso de Odontologia da UniEVANGÉLICA.

**Especialista em Odontologia Legal FOP-UNICAMP

***Especialista em Odontologia em Saúde Coletiva, Professora Assistente do Curso de Odontologia da UniEVANGÉLICA.

odontologia integral, dentro do movimento mais amplo da Reforma Sanitária, que irá permitir o surgimento de um projeto pedagógico inovado, alternativo ao tradicional”.

O que Mendes⁸ (1986), denomina Projeto Pedagógico Inovado no paradigma da Odontologia Integral é marcado pela: integração entre docência, serviço e pesquisa; conteúdos de ensino são definidos a partir da análise da realidade social e da prática odontológica; o plano de curso é estruturado em módulos integrados por níveis de atenção; o ciclo básico e clínico são integrados; a simulação de práticas educativas é limitada, o currículo é orientado para manutenção da saúde, a formação da equipe odontológica é multiprofissional; metodologias de ensino centrada em atividades de grupo; planejamento educacional realizado conjuntamente por alunos, professores, funcionários e comunidade. Neste modelo de ensino os docentes têm formação generalista e a pesquisa dirigida à solução de problemas odontológicos das populações majoritárias. O currículo odontológico, passará a ser estruturado por níveis de atenção e organizado não por microdisciplinas, mas, por módulos de ensino. Os serviços se transformarão em espaços educacionais, o espaço intramural perde sua hegemonia e o curso de odontologia deve se distribuir por diferentes espaços sociais como: o urbano integrado, o urbano periférico (Mendes⁸ 1986).

Os professores saem do papel passivo de meros transmissores de conhecimento em sala de aula, para o papel de busca de transformação da realidade. Direcionados pela filosofia da medicina e odontologia integral, currículo universitário e o mundo do trabalho se misturam, e aparecem as famosas parcerias ensino-serviço. E daí vai surgir o que Mendes denomina Projeto Pedagógico Inovado na área da Odontologia.

A adesão à formação ampliada não acontece com todos professores do ensino de odontologia e nem em todas faculdades de odontologia do país. O currículo, a formação acadêmica, a formação de professores focada na odontologia científica embora tenha sido questionada, continua hegemônica. Ainda nos dias de hoje as práticas pedagógicas tradicionais de odontologia permanecem ancoradas nos diversos espaços educacionais brasileiros, mesmo com a implantação das

diretrizes curriculares (Lemos⁶ 2005). Há necessidades de estudos que analisem mais profundamente o processo de mudança da prática pedagógica tradicional para a prática pedagógica inovadora.

DISCUSSÃO

Por meio da análise documental e revisão de literatura evidenciou-se que dois projetos foram de suma importância para os processos de inovação curricular e para a formação de professores da área de saúde e odontologia no país. São eles: Integração Docente-Assistencial (IDA) e Uma Nova Iniciativa (UNI).

Para Medeiros⁷ (1991), o projeto Instituição Docente Assistencial (IDA) significou “união de esforços em um processo de crescente articulação entre instituições de educação e serviços de saúde, adequados às reais necessidades da população, à produção de conhecimentos e formação de determinados conteúdos na prática de serviços de saúde e ensino”. Neste contexto a formação do professor teve que ser mais ampliada, pois estará sustentando um referencial pedagógico mais complexo.

A IDA surgiu na década de 70 como proposta alternativa, visando à inter-relação entre todos os setores da escola médica e parcela significativa dos serviços de saúde, num contexto regionalizado, com todos os níveis de atenção. Vários foram os projetos que buscavam superar o efeito demonstrativo dos “laboratórios de comunidade” e envolver a escola como um todo.

A temática sobre “integração docente-assistencial” e as relações entre instituições educativas se constituiu em uma das tendências da área de formação de recursos humanos na América Latina e foi levada em conta como critério essencial no planejamento de muitas mudanças educacionais, tendo apresentado enormes variações: desde a simples utilização dos serviços como espaços de prática, até tentativas de reorganização do processo educativo e da formação de professores ao redor de um novo modelo de organização dos serviços.

Na década de 90, outro programa, chamado UNI, representou uma nova iniciativa na formação de profissionais de saúde, em união com a Comunidade e com os Serviços. Suas vertentes centrais são: a Integração Docente-Assistencial (IDA) ou Integração Docência-Serviço (IDS); o

Trabalho Universitário nas Comunidades, a Estratégia de Atenção Primária de Saúde, que promove a participação comunitária nos Serviços.

O Programa UNI entra no cenário da Educação Superior latino-americana no início da década de 90, como uma proposta de formação de profissionais em Ciências da Saúde. O Programa, patrocinado pela Fundação W.K. Kellog, compreendeu um conjunto de projetos que, baseados na análise autocrítica das experiências de várias instituições latino-americanas em décadas anteriores, tenta recuperar, ampliar, sistematizar e difundir os principais avanços alcançados. Torna-se um mecanismo importante na formação do Ensino Superior na área da Saúde, e na área da Odontologia.

Os marcos a serem considerados na transição de uma educação tradicional de ensino nas graduações para uma época de mudanças e transformações, inclusive na formação de professores, passam pela década de 70 com a formação da rede IDA, na década de 80 pela fundação Kellog e década de 90 pela junção e articulação da rede IDA/UNI, ou a REDE UNIDA (Rede Unida¹⁰ 2007).

Também cabe destacar o papel do Ministério da Saúde na formação de profissionais de saúde de todos os âmbitos, inclusive no ensino superior.

A Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, trata sobre a formação de recursos humanos na área de saúde. No art.27 aponta os objetivos da política de recursos humanos na área de saúde (art.27): “organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além de elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal” (Brasil³ 1990).

Em 13 de fevereiro de 2004, é aprovada a Portaria nº 198 que institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) para a formação e desenvolvimento de trabalhadores para o setor (Brasil³ 2004). O Curso de Especialização em Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais da Saúde (Fiocruz⁵ 2005), foi uma das ações da Política Nacional de Educação Permanente, que teve como público alvo professores de instituições de ensino superior que atuam em cursos na área de saúde e profissionais com formação superior que atuam na graduação de

profissionais de saúde.

Temos que evidenciar também o papel da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO) que tem sido um elemento articulador de mudanças no ensino odontológico e espaço para o debate sobre o currículo, a formação de professores, a formação acadêmica, etc... Criada no ano de 1956, teve como objetivo: discutir mudanças de atitudes em face ao problema do ensino odontológico. O tema da primeira reunião foi o seguinte: Aperfeiçoamento do pessoal docente em exercício; seleção e preparo de novo pessoal docente; melhoramento de técnicas e material de ensino; intercâmbio entre as escolas, e problemas relacionados com o ensino de matérias clínicas (Abeno¹ 2007).

CONCLUSÃO

A formação de professores na área da saúde e mais especificamente na área da Odontologia tem sido influenciada pelos modelos curriculares existentes, tradicionais ou inovadores. No resgate histórico da formação de professores da área de odontologia constatou-se que organismos internacionais como a OPAS, fundação Kellog foram articuladores centrais para formação de recursos humanos na área de saúde no país. Cabe discutir mais profundamente os interesses de tais órgãos na capacitação de profissionais de saúde no país.

Os projetos IDA, os projetos UNI e hoje a Rede Unida são atores importantes nas reformas educacionais e no processo de formação de professores da área da saúde no país. O caminho para a transformação social na área de educação contempla o específico da escola e envolve a prática social mais ampla, que se dá na participação política, em qualquer instância. Com o SUS assumindo o seu papel na formação de recursos humanos e com a implantação da "Política de Formação e Desenvolvimento para o SUS: Caminhos para a educação permanente em saúde" abre-se vertentes concretas para ampliação da formação de professores da área da saúde. A partir da Educação Permanente em Saúde abrem-se espaços amplos, para a discussão sobre a formação do graduando, da formação do trabalhador e também da formação do professor. Em tempos de novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação de Odontologia deve se ter claro que a formação docente tem papel crucial para

que a lei não se torne "letra morta".

Sabe-se que ainda hoje prevalece o modelo de formação de professores flexneriano, que tem como características centrais a disciplina ao contrário da interdisciplinaridade, o biologismo ao contrário da visão ampla de saúde, a centralização no curativismo ao contrário da promoção de saúde, a medicalização ao contrário da prevenção. Enfim, o modelo de odontologia desigual da qual a maioria dos brasileiros não tem acesso.

No entanto, pelo estudo foi possível constatar historicamente a construção de um movimento contra-hegemônico de formação de professores que tem como centralidade a interdisciplinaridade e a reforma sanitária do país. Atualmente várias faculdades do país têm seus currículos modificados com a perspectiva de formar novos profissionais para a consolidação da Reforma Sanitária no país. As letras podem se tornar mortas e não se consubstanciar em mudanças. Mas com certeza, a articulação de um projeto de formação de professores que esteja centrado em novas perspectivas são imprescindíveis para a transformação do modelo de educação odontológica. Nesse sentido se torna crucial pensar que para além da reforma de grades curriculares, é necessário repensar os processos de formação de professores.

SUMMARY

With the new Curricular Lines of direction of the Course of Dentistry the debate on the changes of dentistry education has been fortified, and amongst the many discussion, the formation of professors has become one of the main focus. This study it objectified to analyze some aspects of the historical process of professors formation for superior education in the dentistry area. The documentary methodology was analysis and bibliographical revision. The study evidenced that the formation of professors for superior education in the Odontology in Brazil historically is articulated to the action of international institutions, as; the Foundation Kellog, UNESCO, OPAS; and national institutions: ABENO (Brazilian Association of Odontological Education) and Government Health Department that has articulated its paper in the formation of human resources in the health area. The moment of curricular reforms can become essential to argue questions related to the formation of

professors. Analyzing historical aspects can offer subsidies to them important rethink the present and to trace future perspectives.

UNITERMS

Formation of professors, Superior education, Odontology.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Associação Brasileira de Ensino Odontológico. Disponível em: <www.unievangelica.edu.br>. Acesso em 20 fev. 2007.
2. Almeida MJ de. A educação Médica e as atuais propostas de mudança: alguns antecedentes históricos. Revista Brasileira de Educação Médica 2001 maio/ago;25(2).
3. Brasil. Ministério da Saúde. Lei n. 8080 de 19 de setembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília.
4. _____. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Portaria nº 198/GM/MS de 13 de fevereiro de 2004.
5. Fiocruz. Curso de Especialização em Ativação de Processos de Mudança a Formação Superior de Profissionais da Saúde. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/documentos/edital1000.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2007.
6. Lemos CLS. A implantação das Diretrizes Curriculares de Odontologia: algumas reflexões. Revista da ABENO 2005;5(1):80-5.
7. Medeiros EV de. Integração Docente Assistencial em Odontologia no Brasil. Educ Méd Salud 1991;25(2).
8. Mendes EV de. A reforma sanitária e a educação odontológica. Cadernos de Saúde Pública 1986out./dez;2(4):533-52.
9. OPAS. ORGANIZACIÓN PAN AMERICANA DE LA SALUD. Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana. Primer Seminario Latinoamericano sobre la enseñanza de la odontología 1963abr;LIV(40).
10. Rede Unida. Perspectivas para a Rede IDA/UNI. Disponível em: <<http://www.redeunida.org.br/producao/relatori002.asp>>. Acesso em: 23 março 2007.

AUTOR RESPONSÁVEL

Cristiane Lopes Simão Lemos
Av. Universitária Km 3,5. Cidade
Universitária
Anápolis - GO CEP: 75.070-290.
E-mail:
cristianeprofessora@yahoo.com.br

Recebido para publicação: 12.11.2007
Aceito para publicação: 15.12.2007